



I - REGÊNCIA LEGAL: Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como pelo decreto Municipal nº 162/2005, e pelas disposições contidas neste Edital.

II - ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

III - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 111/2017

IV - MODALIDADE E NÚMERO DE ORDEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

V - TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

VI - DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Site www.saovicentedosul.rs.gov.br link editais de licitação e no Setor de Compras e Licitações na Rua General João Antônio nº 1305 Sala 210 bairro Centro na cidade de São Vicente do Sul - RS.

VII - FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO: ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CÁLCULOS DE BLINDAGENS, REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS RADIOMÉTRICOS AMBIENTAIS E AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO DE FUGA DE CABEÇOTE, TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

VIII - VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses

IX - DATA, HORÁRIO e LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 12/06/2017. Horário: 09:00 (horário de Brasília).

Local: Sala 210, setor de licitações. Endereço: Rua General João Antônio nº 1305 Bairro Centro CEP: 97420.000, Cidade: São Vicente do Sul - RS.

X - HORÁRIO E LOCAL PARA ESCLARECIMENTOS DO EDITAL:

Rua General João Antônio nº 1305 - São Vicente do Sul RS. CEP: 97420-000 das 8 às 14 horas, pelo telefone (55) 3257.1313 1314 ramal 215, ou e-mail: licitacao@saovicentedosul.rs.gov.br

XI - PUBLICAÇÕES:

Mural da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul em 29/05/2017.

Jornal Cidades em 29/05/2017.

Site www.saovicentedosul.rs.gov.br link: <http://saovicentedosul.rs.gov.br/beta/v1/licitacao.php> em 29/05/2017, (Diário Oficial do Município, conforme Lei Municipal nº 5243/2015).

Viviane Leonarde de Campos Carvalho
Diretora Geral de Compras - Portaria nº 427/2017





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CÁLCULOS DE BLINDAGENS, REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS RADIOMÉTRICOS AMBIENTAIS E AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO DE FUGA DE CABEÇOTE, TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM”

1 - PREÂMBULO:

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 09:00, do dia 12 de Junho de 2017, na sala 210, setor de licitações, localizada na Rua General João Antônio nº 1305, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 004/2017, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, para a realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o regime de execução indireta de empreitada por Menor Preço por Item, visando à contratação de empresa para ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CÁLCULOS DE BLINDAGENS, REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS RADIOMÉTRICOS AMBIENTAIS E AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO DE FUGA DE CABEÇOTE, TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, nos termos da Lei Federal n.º 10.520-2002, subsidiada pela Lei Federal nº 8.666-1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como pelo Decreto Municipal nº 162/2005, assim como pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Em subsídio ao presente edital, também se levará em conta as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990).

2 - OBJETO:

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CÁLCULOS DE BLINDAGENS, REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS RADIOMÉTRICOS AMBIENTAIS E AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO DE FUGA DE CABEÇOTE, TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM. O programa proposto estabelece padrões de desempenho para os equipamentos, parâmetros de exposição de pacientes, redução de custos operacionais, bem como fornece e efetiva técnicas de Controle de Qualidade e Proteção Radiológica segundo Portaria Nº 453/98 “Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico” do Ministério da Saúde e Resolução Normativa Nº002/DIVS/SES/2015 Manual Técnico da ANVISA “Radiodiagnóstico Médico – Segurança e Desempenho de Equipamentos” e Reports da Associação Americana de Física Médica - AAPM para ensaios de qualidade em radiologia médica.

2.2. No PROGRAMA DE GARANTIA E CONTROLE DE QUALIDADE EM RADIODIAGNÓSTICO estão compreendidos os seguintes serviços:

- 2.2.1. Garantia e Controle de Qualidade em Equipamentos de Radiologia;
- 2.2.2. Controle de Qualidade do Processamento Radiográfico e dos Acessórios Radiológicos;
- 2.2.3. Levantamento Radiométrico Ambiental e Avaliação da Radiação de Fuga de Cabeçote;
- 2.2.4. Elaboração e Atualização do Plano de Proteção Radiológica - PPR;
- 2.2.5. Cálculo e Otimização de Blindagens;
- 2.2.6. Assessoria para Adequação e Aprovação de Projeto Arquitetônico;





- 2.2.7. Assessoria no Gerenciamento de Projetos;
- 2.2.8. Treinamentos e Educação Continuada;
- 2.2.9. Condições Gerais.

2.3. A descrição detalhada e demais informações sobre o objeto encontram-se no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente edital.

2.4. A empresa deverá disponibilizar um telefone para contato e endereço de e-mail para envio de nota de empenho e/ou reclamações, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos).

2.5. A Licitante Vencedora deverá cumprir rigorosamente as exigências do edital e do contrato administrativo.

2.6. Justificativa: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO RAIOS X DO HOSPITAL DO MUNICÍPIO, PARA ADEQUAÇÃO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O Programa da Garantia da Qualidade (PGQ) é um conjunto de ações sistemáticas e planejadas visando garantir a confiabilidade quanto ao funcionamento de uma estrutura, sistema, componentes ou procedimentos de um serviço de radiologia. Em radiodiagnóstico, estas ações devem resultar na produção continuada de imagens de alta qualidade, com o mínimo de exposição para os pacientes e operadores.

3 - DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar da presente licitação todas as empresas com ramo de atividade pertinente e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto a documentação requerida neste edital.

3.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.2. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante na presente licitação.

3.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que se encontrem em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

3.3.1. Sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.3.2. Em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

3.3.3. Por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

3.3.3. Estrangeiras que não funcionem no País.

3.4. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA PROPONENTE (nome completo da empresa)	AO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (nome completo da empresa)
--	--

3.5. Todas as licitantes deverão entregar, no momento do credenciamento, a DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DO EDITAL, conforme o modelo anexo VI do edital, sendo que esta declaração deverá ser entregue fora do envelope.

3.5.1. Para as licitantes ausentes, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos do Edital deverá vir dentro do envelope de credenciamento.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

4.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.





4.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

4.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 4 deverá ser apresentada fora dos envelopes, exceto no caso previsto no item 3.5.1 do presente edital.

4.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

4.3.1. Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

4.3.1.1. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado.

4.3.1.2. Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações.

4.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.

4.3.1.4. Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

4.3.1.5. Registro comercial, se empresa individual.

4.3.2. Se representada por procurador, deverá apresentar:

4.3.2.1. Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que constem os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) verbais em licitação pública, bem como para a prática dos demais atos do certame, OU

4.3.2.2. Carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme ANEXO VII - Modelo Carta de Credenciamento.

Parágrafo 1º: Em ambos os casos (subitens "4.3.2.1." e "4.3.2.2."), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Parágrafo 2º: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.4. Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.11 a 6.14 e 7.1.3., observações 1 a 5 deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA E POR SEU CONTADOR, DE QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme modelo no ANEXO III deste edital.

4.5.1. As cooperativas que auferiram no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.11 a 6.14 e 7.1.3., observações 1 a 5 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA E POR SEU CONTADOR, DE QUE SE ENQUADRA NO LIMITE DE RECEITA REFERIDO ACIMA, conforme modelo no ANEXO III deste edital.

4.6. Apresentar, ainda, DECLARAÇÃO DE QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, conforme modelo ANEXO VI deste edital.

4.7. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.8. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceito participação de nenhum licitante retardatário, sendo realizado pelo pregoeiro, o credenciamento dos interessados.





5 - PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta de preços deverá ser elaborada na forma do ANEXO I do presente edital, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias.

5.2. Apresentada em folhas timbradas com a Razão Social da Empresa, sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, digitada e redigida em português, em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

5.2.1. Razão social da empresa;

5.2.2. Proposta financeira com a descrição completa dos materiais ou serviços ofertados, para todos os itens e subitens, com o preço unitário, total por item, indicados em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, fretes e deslocamentos que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor, conforme descritivo no ANEXO I deste edital.

Observação 1 - Serão considerados para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

Observação 2 - O valor máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul, não poderá exceder ao valor indicado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I do presente edital.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidadas individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no subitem 13.4.5 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.5., deste edital.

6.11.1. Entende-se por empate ficto, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.12. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

6.12.1. A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de





menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

6.12.2. Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.11.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no subitem 6.12.1.

6.13. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.12 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.14. O disposto nos itens 6.11 a 6.13, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.15. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.16. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço por item, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.17. Serão desclassificadas as propostas que:

6.17.1. Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação.

6.17.2. Contiverem opções de preços alternativos.

6.17.3. Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas.

6.17.4. Se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5.

6.17.5. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.18. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 17.1 deste edital.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo o pregoeiro, intimar os licitantes presentes no mesmo ato.

7 - DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e Declaração de cumprimento do disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93, conforme modelo ANEXO II, e Declaração de Conhecimento das Condições Legais do Edital ANEXO V do presente edital.

7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.2.1. Registro comercial no caso de empresa individual.

7.1.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, última alteração, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

7.1.2.3. Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.





7.1.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.5. Caso os documentos exigidos no item 7.1.2.1 até 7.1.2.4, tenham sido apresentados no credenciamento, os mesmos ficam dispensados de apresentação no envelope nº 2- DOCUMENTAÇÃO.

7.1.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

7.1.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades.

7.1.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.1.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

Observação 1 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em cinco dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

Observação 2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

Observação 3 - Ocorrendo as situações previstas nas observações anteriores, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

Observação 4 - O benefício de que trata os itens anteriores não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição,

Observação 5 - A não regularização da documentação, no prazo fixado nos itens anteriores, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13 deste edital.

7.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1.4.1. Certidão de registro da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente registrados na entidade profissional competente.

7.1.4.2. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro, profissional qualificado para tal, com Certificação de Especialista em Física do Radiodiagnóstico pela Associação Brasileira de Física Médica, bem como possuir cadastro para a realização destes serviços junto a Secretarias de Vigilância Sanitária Estadual.

7.1.4.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, feita por atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

7.1.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.1.5.1. Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{AC}{PC} = \text{igual ou superior a } 1,00$$





$$\frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \text{LIQUIDEZ GERAL: } \dots\dots\dots \text{ igual ou superior a } 1,00$$

$$\frac{AT}{PC + PELP} = \text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \dots\dots\dots \text{ igual ou menor que } 1,00$$

Onde: AC = Ativo Circulante. AD = Ativo Disponível. ARLP = Ativo Realizável à Longo Prazo. AP = Ativo Permanente. AT = Ativo Total. PC = Passivo Circulante. PELP = Passivo Exigível à Longo Prazo. PL = Patrimônio Líquido.

Observação 1: Os índices previstos no Item 7.1.5.1, poderão ser substituídos por Demonstração de Patrimônio Líquido, de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente a data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Observação 2: Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

1. Publicados em Diário Oficial; ou
2. Publicados em Jornal; ou
3. Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede

ou domicílio da proponente;

4. OU, por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento;.

Observação 3: Os documentos relativos ao item 7.1.6.1, deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC são indispensáveis.

7.1.5.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores. Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante.

7.2. Para as licitantes cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

7.2.1. Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 - DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o





pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará aos demais licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9 - DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

9.2. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.3. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

9.3.1. Sempre que forem atendidas as condições do presente edital, considerar-se-á mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

9.4. O valor contratado será revisado nos seguintes casos:

9.4.1. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos da proposta, quando comprovada sua incidência sobre os valores, para mais ou para menos.

9.4.2. Havendo alteração unilateral do contrato oriundo deste processo licitatório que afete seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o Município deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

9.4.3. A requerimento da Licitante Vencedora, sempre que houver acréscimos nos preços dos insumos que compõem o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro.

9.5. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, sendo adotado para fins de correção, o índice do IGPM do período, ou outro que venha a substituí-lo.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.7. As despesas decorrentes deste processo licitatório serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Despesa
2058 3390.39.79.00.00.00 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional- ACOES SERV. PUBLICOS DE SAUDE

10 - DA VIGÊNCIA E ASSINATURA DO CONTRATO:

10.1. A vigência do contrato oriundo deste processo licitatório será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

10.2. A licitante vencedora deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, apresentar-se para assinatura do contrato, sob pena de desclassificação da proposta, além das penalidades previstas no presente edital.

10.3. Se por ocasião da formalização do contrato com a Licitante Vencedora, suas certidões de regularidade de débito perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.4. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 10.3, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.5. No caso de o Licitante vencedor, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Administração registrará as demais licitantes,





na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

10.6. Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto da presente licitação.

11 – DOS PRAZOS E EXECUÇÃO:

11.1. A descrição detalhada dos serviços a serem executados são as constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e no Contrato Administrativo a ser firmado.

11.2. A entrega definitiva dos serviços será efetivada, ao final de cada mês, após a conferência da prestação de serviço conforme o edital e mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente certificada, com assinatura/protocolo de recebimento do responsável designado para tal, juntamente com os relatórios dos serviços executados no período.

11.3. Verificada a não conformidade na prestação de serviços, desde que comprovado a falha por parte do licitante, o mesmo deverá promover as correções necessárias imediatamente após o comunicado emitido pelo fiscal, sem ônus para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.

12 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

12.1. DA LICITANTE VENCEDORA:

12.1.1. Entregar o objeto contratado, de acordo com as especificações, quantidades e prazos do presente edital e seus anexos.

12.1.2. Manter durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

12.1.3. Responder por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do licitado e sua entrega perfeitamente concluída, assim como todas as despesas referente a alimentação e transporte de sua equipe de trabalho e a manutenção dos equipamentos utilizados, e outras despesas decorrentes à adequada execução dos serviços licitados.

12.1.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do objeto contratado.

12.1.5. A Contratada será única, integral e exclusiva responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao Contratante, ou ainda a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, obrigando-se por si e por seus sucessores.

12.1.6. Adotar todas as medidas preventivas necessárias à segurança de seus funcionários durante a execução do objeto contratado, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

12.2. DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL:

12.2.1. Efetuar a inspeção do objeto licitado, de acordo com as condições e especificações previamente pactuadas no Pregão Presencial nº 13/2017.

12.2.2. Efetuar o pagamento a licitante vencedora de acordo com os prazos e condições estabelecidos no presente edital.

12.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto licitado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

12.2.4. Comunicar prontamente a licitante vencedora, qualquer anormalidade no objeto licitado, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste edital.

12.2.5. Notificar previamente a licitante vencedora, quando da aplicação de penalidades.

12.2.6. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do presente edital e contrato.

13 – DAS PENALIDADES:

13.1. A recusa pelo licitante vencedor na execução do objeto licitado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.





13.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para entrega parcial ou total do objeto licitado, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, sobre o valor do objeto não entregue, até o limite de 20% (vinte por cento).

13.3. A entrega do objeto licitado com vícios ou defeitos ocultos ou, ainda, fora das especificações solicitadas neste edital, e não corrigidas em até 05 (cinco) dias, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, sobre o valor do objeto não corrigido, até o limite de 20% (vinte por cento).

13.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

13.4.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato;

13.4.2. Ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;

13.4.3. Apresentação de documentação falsa para participação no certame;

13.4.4. Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;

13.4.5. Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal;

13.4.6. Comportamento inidôneo;

13.4.7. Cometimento de fraude fiscal;

13.4.8. Fraudar a execução do contrato;

13.4.9. Falhar na execução do contrato;

13.5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

13.6. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

13.7. As penalidades serão registradas no cadastro do municipal do Licitante, quando for o caso.

13.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1. Tendo o licitante, manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

14.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

14.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

15 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. A fiscalização quanto à entrega dos objetos licitados será feita por servidor municipal devidamente autorizado pelo Município, para representá-lo.

15.2 O fiscal nomeado anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto licitado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Setor Jurídico Municipal, em tempo hábil, para a adoção das medidas e/ou penalidades conforme o presente edital.

16 - DA RESCISÃO DE CONTRATO:

16.1. Serão motivos para rescisão do contrato oriundo deste processo licitatório, os relacionados no artigo 78, incisos I a XVIII, da Lei 8.666/93.





16.2. A inexecução total ou parcial do contrato oriundo deste processo licitatório, enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

16.3. A rescisão do contrato oriundo deste processo licitatório, atenderá ao disposto no art. 79 da Lei 8.666/93, podendo acarretar as consequências previstas no artigo 80 da mesma lei.

16.4. Por razões de interesse público.

16.5. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva de execução do contrato.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de São Vicente do Sul RS, no setor de licitações, situado na Rua General João Antônio nº 1305, Bairro Centro, CEP: 97420.000, pelo e-mail licitacao@saovicentodosul.rs.gov.br ou pelo telefone 55.3257.1313/1314 ramal 215, no horário compreendido entre às 8h e às 14h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimentos dos envelopes.

17.2. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.5. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

17.6. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

17.7. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por Tabelião, Servidor Municipal de São Vicente do Sul, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

17.7.1. As autenticações por Servidor Municipal de São Vicente do Sul serão realizadas em até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para a abertura das propostas.

17.8. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos item 7.1.2 ao 7.1.5, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

17.9. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

17.10. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

17.11. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

17.12. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência/ Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO II – Modelo Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93;

ANEXO III – Modelo Declaração enquadramento cfe. Art. 3º Lei Complementar nº. 123/2006;

ANEXO IV – Minuta do Contrato;

ANEXO V – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Legais do Edital;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VII - Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO VIII - Relação de Documentos exigidos.

17.13. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente





consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

17.14. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

17.15. Não havendo expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes ao Processo Licitatório em questão, serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul que se seguir.

17.16. Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente do Sul - RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

São Vicente do Sul, 29 de Maio de 2017.

PAULO SERGIO RODRIGUES FLORES
Prefeito Municipal

Este Edital foi examinado e aprovado em 29/5/2017 pelo Setor Jurídico Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, por não deter conhecimento técnico sobre o mesmo.





ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA/MODELO DE PROPOSTA

1 - TERMO DE REFERÊNCIA:

1.1. PROGRAMA DE GARANTIA E CONTROLE DE QUALIDADE EM RADIODIAGNÓSTICO:

Quando se utilizam imagens obtidas a partir da interação da radiação ionizante com o paciente, espera-se que esta apresente qualidade de modo a minimizar os erros de interpretação e identificação de estruturas, possibilitando diagnósticos mais precisos e com a menor dose. Uma imagem sem qualidade adequada deve ser repetida e há alguns custos envolvidos neste processo que devem ser evitados.

O Programa da Garantia da Qualidade (PGQ) é um conjunto de ações sistemáticas e planejadas visando garantir a confiabilidade quanto ao funcionamento de uma estrutura, sistema, componentes ou procedimentos de um serviço de radiologia. Em radiodiagnóstico, estas ações devem resultar na produção continuada de imagens de alta qualidade, com o mínimo de exposição para os pacientes e operadores. O programa proposto estabelece padrões de desempenho para os equipamentos, parâmetros de exposição de pacientes, redução de custos operacionais, bem como fornece e efetiva técnicas de Controle de Qualidade e Proteção Radiológica segundo Portaria Nº 453/98 "Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico" do Ministério da Saúde e Resolução Normativa Nº002/DIVS/SES/2015 Manual Técnico da ANVISA "Radiodiagnóstico Médico – Segurança e Desempenho de Equipamentos" e Reports da Associação Americana de Física Médica - AAPM para ensaios de qualidade em radiologia médica.

1.1.1. Garantia e Controle de Qualidade em Equipamentos de Radiologia:

A radiologia diagnóstica tem como função principal diagnosticar patologias. Quando se utilizam imagens obtidas a partir da interação da radiação ionizante com o paciente, espera-se que esta apresente qualidade de modo a minimizar os erros de interpretação e identificação de estruturas, possibilitando diagnóstico mais preciso e com a menor dose. Ao mesmo tempo em que o serviço de Radiodiagnóstico é planejado, o Programa de Qualidade deve ser elaborado, seguindo as várias fases de desenvolvimento:

Teste de Controle de Qualidade em Radiologia Convencional	Periodicidade
1. Absorção Produzida pela Mesa ou Porta Chassi	Aceitação
2. Exatidão do Indicador da Distância Foco-Receptor	Aceitação
3. Dose na Entrada da Pele de Exames Radiográficos	Bienal
4. Exatidão do Indicador da Tensão do Tubo de Raios-X	Anual
5. Reprodutibilidade da Tensão do Tubo de Raios-X	Anual
6. Linearidade da Taxa de Kerma no Ar	Anual
7. Reprodutibilidade da Taxa de Kerma no Ar	Anual
8. Exatidão do Tempo de Exposição	Anual
9. Reprodutibilidade do Tempo de Exposição	Anual
10. Camada Semi-redutora (CSR)	Anual
11. Rendimento do Tubo de Raios-X	Anual
12. Tamanho do Ponto Focal (Resolução Espacial)	Anual
13. Sistema de Colimação	Anual
14. Alinhamento do Eixo Central do Feixe de Raios-X	Anual
15. Reprodutibilidade do Controle Automático de Exposição (CAE)	Anual
16. Compensação do Controle Automático de Exposição para Diferentes Espessuras	Anual
17. Alinhamento de Grade	Semestral

Procedimentos Integrantes do Programa de Garantia da Qualidade da Imagem em Radiologia Geral

- Assentamentos de Testes e Tabelas de Exposição;
- Índice de Rejeição de Radiografias;
- Implementação de Padrões de Qualidade da Imagem - EUR 16260 "European Guidelines on Quality Criteria for Diagnostic Radiographic Images".





1.1.2. Controle de Qualidade do Processamento Radiográfico e dos Acessórios Radiológicos

Um dos aspectos mais importante da implantação do programa de controle de qualidade em radiologia é ter o processamento radiográfico operando sob controle, do contrário todos os outros aspectos de qualidade serão prejudicados. Erros devidos a processamento incorreto podem representar 13% das imagens rejeitadas em um serviço. O controle do processamento radiográfico indicará que medidas corretivas devem ser tomadas antes que a imagem radiográfica se deteriore.

<u>Controle de Qualidade do Processamento da Imagem Digital - CR</u>	<u>Periodicidade</u>
1. Integridade dos Chassis e Cassetes	Anual
2. Diferenças de Sensibilidade entre as Placas de Fósforo	Anual
3. Linearidade da Resposta do Detector (Placa de Imagem)	Anual
4. Uniformidade da Resposta do Detector	Anual
5. Resolução Espacial da Imagem	Anual
6. Razão Sinal-Ruído (SNR)	Anual
7. Razão Contraste-Ruído (CNR)	Anual
8. Calibração do Indicador de Exposição	Anual
9. Análise dos Artefatos de Imagem	Anual
10. Distorção Geométrica	Anual
11. Inspeção Visual, Identificação e Limpeza dos Fósforos e Chassis	Anual
12. Desempenho do Sistema de Apagamento de Imagem	Anual
13. Degradação da Imagem Latente nas Placas de Fósforo	Anual
14. Exatidão e Reprodutibilidade da Densidade Ótica da Impressora Laser	Mensal

<u>Controle de Qualidade dos Acessórios Radiológicos</u>	<u>Periodicidade</u>
1. Integridade dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's)	Anual
2. Luminância dos Negatoscópios e Iluminância da sala de Laudos	Anual
3. Luminância dos Monitores para Diagnóstico	Anual

1.1.3. Levantamento Radiométrico Ambiental e Avaliação da Radiação de Fuga de Cabeçote

Obrigatório para obtenção de alvará de funcionamento em Radiologia Médica e Odontológica, o Levantamento Radiométrico Ambiental consiste de uma monitoração de área em toda a vizinhança da sala de exames através das barreiras (Paredes, piso, teto, janelas, portas,...) utilizadas para a proteção radiológica e das barreiras internas a sala utilizadas para proteção do operador, tais como: biombo, visores pumbíferos, etc... Os resultados, que são expressos para as condições de carga de trabalho máxima semanal, possibilitam atestar a execução dos serviços em ambientes adequados, ou ainda, apontar a necessidade de instalação ou reforço de barreiras.

A Avaliação da Fuga de Cabeçote estabelece se a blindagem do tubo de raios-x e do cabeçote protetor do equipamento emissor de radiação X reduz a intensidade de radiação, proveniente do tubo, a níveis de radiação de fuga de cabeçote recomendados pela legislação vigente.

1.1.4. Elaboração e Atualização do Plano de Proteção Radiológica - PPR

O Plano de Proteção Radiológica é um documento do serviço de Radiodiagnóstico, que descreve o compromisso de segurança e radioproteção junto a Secretaria de Vigilância Sanitária e Superintendência do Trabalho e Emprego (NR Nº 32 "Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde"), e que tem como objetivo proteger adequadamente os trabalhadores e indivíduos do público, sem limitar desnecessariamente as práticas benéficas que utilizam radiação ionizante.

Elaborar e implantar planos de radioproteção fundamentada em princípios básicos que visam garantir que a dose equivalente recebida por algum indivíduo seja tão baixa quanto razoavelmente exequível, que nenhum emprego de radiação seja injustificada em relação a seus benefícios, e que a dose equivalente não exceda aos limites anuais de dose para trabalhadores e indivíduos do público.

1.1.5. Cálculo e Otimização de Blindagens

Para aprovação do projeto arquitetônico de construção ou adequação da instalação radiológica, e a





fim de otimizar os custos de blindagens, calculamos e determinamos as espessuras das barreiras da sala de Raios X, indicando os materiais mais adequados e quantidades a serem utilizadas para reduzirem a intensidade de radiação, proveniente do tubo do equipamento emissor de radiação X, a níveis recomendados pela legislação nacional vigente com o menor custo agregado.

Utilizar metodologias internacionalmente reconhecidas para a realização do cálculo de blindagem (NCRP Nº 147 "Structural Shielding Design for Medical X-Ray Imaging Facilities"). No projeto desenvolvido deverá constar informações como: Posicionamento do equipamento, layout das salas de raios -X, Classificação das Áreas, Carga de trabalho, Memorial descritivo do Cálculo de blindagem e orientação para a aplicação dos materiais indicados para a blindagem.

1.1.6. Assessoria para Adequação e Aprovação de Projeto Arquitetônico

Para a execução de qualquer obra nova, de reforma ou de ampliação de estabelecimento de radiologia diagnóstica é exigida a avaliação do projeto físico em questão pela Vigilância Sanitária que licenciará a sua execução. A contratada deverá prestar assessoria na elaboração e avaliação de projetos físicos de setores de radiodiagnóstico (RDC Nº 50 "Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde"), adequando às novas tecnologias na área da saúde, a partir da análise e consolidação do programa de necessidades, atividades e equipamentos básicos, otimizando a distribuição de espaços na busca da redução de custos na instalação de equipamentos e projetos de blindagens bem como observando a disposição do setor para o aumento produtividade.

1.1.7. Assessoria no Gerenciamento de Projetos

Considerando que as organizações inseridas em um ambiente globalizado, crescentemente competitivo, sujeito a rápidas e grandes mudanças precisam cada vez mais inovar seus produtos e serviços, a Assessoria para o Gerenciamento de Projetos em Radiodiagnóstico a contratada deverá implementar os diversos projetos de iniciativas estratégicas da empresa, de forma a tornar a ação mais próxima possível da intenção, obtendo, assim, os melhores resultados garantindo que o produto obtido esteja próximo ao esperado.

A boa prática de gerenciamento de projetos em radiologia diagnóstica produz resultados expressivos para as organizações tais como: redução no custo e prazo de desenvolvimento de novos serviços; aquisição de equipamentos de radiodiagnóstico da maneira mais adequada às necessidades; aumento de vendas e receita bem como o aumento do número de clientes e de sua satisfação.

1.1.8. Treinamentos e Educação Continuada

A empresa deverá capacitar os profissionais Técnicos e Tecnólogos de Radiologia, Médicos e profissionais das áreas afins com a prática tecnológica envolvida na aquisição de imagens aplicadas a área da saúde, indicadores de qualidade de imagens, proteção radiológica e estudo das principais patologias. Os programas de treinamento teóricos e práticos são propostos nas áreas da radiologia médica, odontológica e medicina nuclear, sempre com foco na prática clínica buscando a aplicação direta dos conceitos e técnicas abordados em aulas nas rotinas de trabalho dos participantes. São apresentados temas como os critérios de qualidade no posicionamento radiológico, os problemas comuns nas incidências radiológicas, fatores de exposição, a padronização do exame radiológico bem como a realização de experimentos práticos em simuladores radiográficos. Lembramos que o treinamento em proteção radiológica, para todos os profissionais que trabalham com radiação ionizante, estão entre as responsabilidades legais da direção da instituição.

1.1.9. Condições Gerais

1.1.9.1. Sinalizações contendo as orientações de proteção radiológica e avisos de advertência exigidos pelas normativas são fornecidas em acrílico em conjunto à prestação de serviço;

1.1.9.2. Flexibilidade para execução dos procedimentos em horários diferenciados, exceto em feriados;

1.1.9.3. Serviços online e presencial exclusivos para clientes;

1.1.9.4. Assessoria e Encaminhamento do Alvará de Saúde: auxiliar no encaminhamento do Alvará de Saúde, reunião, organização e elaboração (quando cabível) das documentações necessárias no processo de licenciamento, bem como no acompanhamento do processo junto ao órgão competente;





1.1.9.5. Acompanhamento da instalação e/ou manutenção de equipamentos: Na contratação do PGQ, consiste em acompanhar as atividades dos engenheiros ou técnicos contratados para a instalação e/ou manutenção dos equipamentos de forma a assegurar que todo o equipamento e acessórios adquiridos ou em manutenção estarão disponíveis ou instalados de forma correta, funcional e em conformidade com resultados de qualidade esperados segundo normativas vigentes;

1.1.9.5. Os Profissionais que executam a prestação de serviço deverão ser qualificados para tal, com Certificação de Especialista em Física do Radiodiagnóstico pela Associação Brasileira de Física Médica, bem como os profissionais que na empresa trabalharem, deverão possuir cadastro para a realização destes serviços junto a Secretarias de Vigilância Sanitária Estadual.

1.1.9.6. Os equipamentos deverão estar em pleno funcionamento bem como a sala de exames devera estar completamente disponível na data e horário agendado para realização dos ensaios. Caso ocorra alteração nos serviços contratados, nos equipamentos ou ambientes a serem avaliados, a contratante deve comunicar antecipadamente a contratada para a adequação de conduta da equipe de atendimento;

1.1.9.7. Os procedimentos apresentados deverão ser realizados de acordo e em conformidade com a Portaria Nº 453/98 "Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico" e de acordo com a legislação específica Estadual.

1.1.10. A entrega definitiva dos serviços será efetivada, ao final de cada mês, após a conferência da prestação de serviço conforme o edital e mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente certificada, com assinatura/protocolo de recebimento do responsável designado para tal, bem como os relatórios dos serviços executados no período.

1.1.11. Verificada a não conformidade na prestação de serviços, desde que comprovado a falha por parte do licitante, o mesmo deverá promover as correções necessárias imediatamente após o comunicado emitido pelo fiscal, sem ônus para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.

1.1.12. A empresa deverá disponibilizar um telefone para contato e endereço de e-mail para envio de nota de empenho e/ou reclamações, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos).

1.1.13. A Licitante Vencedora deverá cumprir rigorosamente as exigências do edital e do contrato administrativo.

1.2. Justificativa:

1.2.1. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO RAI X DO HOSPITAL DO MUNICÍPIO, PARA ADEQUAÇÃO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O programa proposto estabelece padrões de desempenho para os equipamentos, parâmetros de exposição de pacientes, redução de custos operacionais, bem como fornece e efetiva técnicas de Controle de Qualidade e Proteção Radiológica segundo Portaria Nº 453/98 "Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico" do Ministério da Saúde e Resolução Normativa Nº002/DIVS/SES/2015 Manual Técnico da ANVISA "Radiodiagnóstico Médico – Segurança e Desempenho de Equipamentos" e Reports da Associação Americana de Física Médica - AAPM para ensaios de qualidade em radiologia médica.

1.3. Recursos Orçamentários:

1.3.1. Órgão(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Despesa
2058 3390.39.79.00.00.00 - Serviço de apoio administrativo, tecnico e operacional- ACOES SERV. PUBLICOS DE SAUDE

1.4. Da qualificação Técnica:

1.4.1. Certidão de registro da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente registrados na entidade profissional competente.

1.4.2. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro profissional qualificado para tal, com Certificação de Especialista em Física do Radiodiagnóstico pela Associação Brasileira de Física Médica, bem como





possuir cadastro para a realização destes serviços junto a Secretarias de Vigilância Sanitária Estadual.

1.4.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, feita por atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

1.5. Do Pagamento:

1.5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal, bem como os relatórios dos serviços executados no período.

1.5.2. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, sendo adotado para fins de correção, o índice do IGPM do período, ou outro que venha a substituí-lo.

1.5.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cristian Jeferson Fagundes Souza
Diretor do Hospital Municipal





2 - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul
Prezados Senhores,

A Empresa _____, com sede na Rua _____, nº. _____, CEP: _____, Cidade de _____, - UF: _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do Pregão Presencial nº 13/2017, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a PRESENTE PROPOSTA, nas seguintes condições:

2.1. Proposta para:

2.1.1. (1) Equipamento de Radiologia Convencional Fixo e/ou Digital(tipo CR);

2.1.2. (1) Sistema de Processamento da Imagem digitalizado ou convencional;

2.1.3. Visitas Técnicas TRIMESTRAIS.

Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor de Referência	Valor Total
1	12	MÊS	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CÁLCULOS DE BLINDAGENS, REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS RADIOMÉTRICOS AMBIENTAIS E AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO DE FUGA DE CABEÇOTE, TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	430,00000	
Total					

2.2. Declaramos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, incluindo obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto proposto, assim como todas as despesas referente a alimentação e transporte de sua equipe de trabalho e a manutenção dos equipamentos utilizados, e outras despesas decorrentes à adequada execução dos serviços propostos.

2.3. O quadro funcional da proponente deverá estar devidamente identificado, uniformizado, equipados com materiais de proteção e segurança (EPI), durante a execução dos serviços, tendo boa conduta e postura.

2.4. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

2.5. Dados Bancários: Banco _____ Agência nº _____ Conta nº _____

2.6. Contato: Sr. (a) _____ Fone: _____ Fax: _____

Celular: _____ e-mail - _____

2.7. *Dados do responsável legal para assinatura do Contrato:*

Nome: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

CPF: _____ RG: _____

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante Legal
Carimbo do CNPJ





ANEXO II

MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

E DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO O DISPOSTO NO INCISO III DO ART. 9º DA LEI 8666/93.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL

(Razão Social da Licitante), _____ CNPJ/CPF sob nº. _____, declara para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº. 13/2017, que:

1) Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2) Em cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da constituição federal, de não possuir em seu quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;

3) Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do órgão contratante, exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, conforme inciso III, do art. 9º da lei 8666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante Legal.
Carimbo do CNPJ/Nº CPF.





ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO CONFORME. ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL,

(Razão Social da Licitante), _____ CNPJ/CPF sob nº. _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, e do seu contador, o (a) Sr. (a) _____, portador do CRC nº _____, DECLARA, para fins de participação no Pregão Presencial nº 13/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(data)

(representante legal)

(contador)

Obs.: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.





ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2017.

"ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CÁLCULOS DE BLINDAGENS, REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS RADIOMÉTRICOS AMBIENTAIS E AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO DE FUGA DE CABEÇOTE, TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM"

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL, RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.572.079/0001-03, com sede administrativa na Rua General João Antônio, nº 1305, Bairro Centro, São Vicente do Sul, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor _____, denominado CONTRATANTE e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede administrativa na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, representada neste ato por seu _____ Sr (a) _____, portador da célula de identidade RG nº. _____, ___/___ e do CPF nº. _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, que será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, todas em conformidade com o Processo Administrativo nº 111/2017, Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 13/2017, bem como com o que disciplina Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como pelo decreto Municipal nº 162/2005, Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, assim como pelas condições estabelecidas no edital de Pregão Presencial nº 13/2017 e seus anexos.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa para ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CÁLCULOS DE BLINDAGENS, REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS RADIOMÉTRICOS AMBIENTAIS E AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO DE FUGA DE CABEÇOTE, TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM.

PROGRAMA DE GARANTIA E CONTROLE DE QUALIDADE EM RADIODIAGNÓSTICO:

Quando se utilizam imagens obtidas a partir da interação da radiação ionizante com o paciente, espera-se que esta apresente qualidade de modo a minimizar os erros de interpretação e identificação de estruturas, possibilitando diagnósticos mais preciso e com a menor dose. Uma imagem sem qualidade adequada deve ser repetida e há alguns custos envolvidos neste processo que devem ser evitados.

O Programa da Garantia da Qualidade (PGQ) é um conjunto de ações sistemáticas e planejadas visando garantir a confiabilidade quanto ao funcionamento de uma estrutura, sistema, componentes ou procedimentos de um serviço de radiologia. Em radiodiagnóstico, estas ações devem resultar na produção continuada de imagens de alta qualidade, com o mínimo de exposição para os pacientes e operadores. O programa proposto estabelece padrões de desempenho para os equipamentos, parâmetros de exposição de pacientes, redução de custos operacionais, bem como fornece e efetiva técnicas de Controle de Qualidade e Proteção Radiológica segundo Portaria Nº 453/98 "Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico" do Ministério da Saúde e Resolução Normativa Nº002/DIVS/SES/2015 Manual Técnico da ANVISA "Radiodiagnóstico Médico – Segurança e Desempenho de Equipamentos" e Reports da Associação Americana de Física Médica - AAPM para ensaios de qualidade em radiologia médica.

1.1.1. Garantia e Controle de Qualidade em Equipamentos de Radiologia:

A radiologia diagnóstica tem como função principal diagnosticar patologias. Quando se utilizam imagens obtidas a partir da interação da radiação ionizante com o paciente, espera-se que esta apresente qualidade de modo a minimizar os erros de interpretação e identificação de estruturas, possibilitando diagnóstico mais preciso e com a menor dose. Ao mesmo tempo em que o serviço de Radiodiagnóstico é planejado, o Programa de Qualidade deve ser elaborado, seguindo as várias fases de desenvolvimento:





Teste de Controle de Qualidade em Radiologia Convencional	Periodicidade
1. Absorção Produzida pela Mesa ou Porta Chassi	Aceitação
2. Exatidão do Indicador da Distância Foco-Receptor	Aceitação
3. Dose na Entrada da Pele de Exames Radiográficos	Bienal
4. Exatidão do Indicador da Tensão do Tubo de Raios-X	Anual
5. Reprodutibilidade da Tensão do Tubo de Raios-X	Anual
6. Linearidade da Taxa de Kerma no Ar	Anual
7. Reprodutibilidade da Taxa de Kerma no Ar	Anual
8. Exatidão do Tempo de Exposição	Anual
9. Reprodutibilidade do Tempo de Exposição	Anual
10. Camada Semi-redutora (CSR)	Anual
11. Rendimento do Tubo de Raios-X	Anual
12. Tamanho do Ponto Focal (Resolução Espacial)	Anual
13. Sistema de Colimação	Anual
14. Alinhamento do Eixo Central do Feixe de Raios-X	Anual
15. Reprodutibilidade do Controle Automático de Exposição (CAE)	Anual
16. Compensação do Controle Automático de Exposição para Diferentes Espessuras	Anual
17. Alinhamento de Grade	Semestral

Procedimentos Integrantes do Programa de Garantia da Qualidade da Imagem em Radiologia Geral:

- Assentamentos de Testes e Tabelas de Exposição;

- Índice de Rejeição de Radiografias;

- Implementação de Padrões de Qualidade da Imagem - EUR 16260 "European Guidelines on Quality Criteria for Diagnostic Radiographic Images".

1.1.2. Controle de Qualidade do Processamento Radiográfico e dos Acessórios Radiológicos:

Um dos aspectos mais importante da implantação do programa de controle de qualidade em radiologia é ter o processamento radiográfico operando sob controle, do contrário todos os outros aspectos de qualidade serão prejudicados. Erros devidos a processamento incorreto podem representar 13% das imagens rejeitadas em um serviço. O controle do processamento radiográfico indicará que medidas corretivas devem ser tomadas antes que a imagem radiográfica se deteriore.

Controle de Qualidade do Processamento da Imagem Digital - CR Periodicidade

1. Integridade dos Chassis e Cassetes	Anual
2. Diferenças de Sensibilidade entre as Placas de Fósforo	Anual
3. Linearidade da Resposta do Detector (Placa de Imagem)	Anual
4. Uniformidade da Resposta do Detector	Anual
5. Resolução Espacial da Imagem	Anual
6. Razão Sinal-Ruído (SNR)	Anual
7. Razão Contraste-Ruído (CNR)	Anual
8. Calibração do Indicador de Exposição	Anual
9. Análise dos Artefatos de Imagem	Anual
10. Distorção Geométrica	Anual
11. Inspeção Visual, Identificação e Limpeza dos Fósforos e Chassis	Anual
12. Desempenho do Sistema de Apagamento de Imagem	Anual
13. Degradação da Imagem Latente nas Placas de Fósforo	Anual
14. Exatidão e Reprodutibilidade da Densidade Ótica da Impressora Laser	Mensal

Controle de Qualidade dos Acessórios Radiológicos Periodicidade

1. Integridade dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's)	Anual
2. Luminância dos Negatoscópios e Iluminância da sala de Laudos	Anual
3. Luminância dos Monitores para Diagnóstico	Anual

1.1.3. Levantamento Radiométrico Ambiental e Avaliação da Radiação de Fuga de Cabeçote:

Obrigatório para obtenção de alvará de funcionamento em Radiologia Médica e Odontológica, o Levantamento Radiométrico Ambiental consiste de uma monitoração de área em toda a vizinhança da sala de exames através das barreiras (Paredes, piso, teto, janelas, portas,...) utilizadas para a proteção radiológica e das





barreiras internas a sala utilizadas para proteção do operador, tais como: biombo, visores pumbíferos, etc... Os resultados, que são expressos para as condições de carga de trabalho máxima semanal, possibilitam atestar a execução dos serviços em ambientes adequados, ou ainda, apontar a necessidade de instalação ou reforço de barreiras.

A Avaliação da Fuga de Cabeçote estabelece se a blindagem do tubo de raios-x e do cabeçote protetor do equipamento emissor de radiação X reduz a intensidade de radiação, proveniente do tubo, a níveis de radiação de fuga de cabeçote recomendados pela legislação vigente.

1.1.4. Elaboração e Atualização do Plano de Proteção Radiológica - PPR:

O Plano de Proteção Radiológica é um documento do serviço de Radiodiagnóstico, que descreve o compromisso de segurança e radioproteção junto a Secretaria de Vigilância Sanitária e Superintendência do Trabalho e Emprego (NR Nº 32 "Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde"), e que tem como objetivo proteger adequadamente os trabalhadores e indivíduos do público, sem limitar desnecessariamente as práticas benéficas que utilizam radiação ionizante.

Elaborar e implantar planos de radioproteção fundamentada em princípios básicos que visam garantir que a dose equivalente recebida por algum indivíduo seja tão baixa quanto razoavelmente exequível, que nenhum emprego de radiação seja injustificada em relação a seus benefícios, e que a dose equivalente não exceda aos limites anuais de dose para trabalhadores e indivíduos do público.

1.1.5. Cálculo e Otimização de Blindagens:

Para aprovação do projeto arquitetônico de construção ou adequação da instalação radiológica, e a fim de otimizar os custos de blindagens, calculamos e determinamos as espessuras das barreiras da sala de Raios X, indicando os materiais mais adequados e quantidades a serem utilizadas para reduzirem a intensidade de radiação, proveniente do tubo do equipamento emissor de radiação X, a níveis recomendados pela legislação nacional vigente com o menor custo agregado.

Utilizar metodologias internacionalmente reconhecidas para a realização do cálculo de blindagem (NCRP Nº 147 "Structural Shielding Design for Medical X-Ray Imaging Facilities"). No projeto desenvolvido deverá constar informações como: Posicionamento do equipamento, layout das salas de raios -X, Classificação das Áreas, Carga de trabalho, Memorial descritivo do Cálculo de blindagem e orientação para a aplicação dos materiais indicados para a blindagem.

1.1.6. Assessoria para Adequação e Aprovação de Projeto Arquitetônico:

Para a execução de qualquer obra nova, de reforma ou de ampliação de estabelecimento de radiologia diagnóstica é exigida a avaliação do projeto físico em questão pela Vigilância Sanitária que licenciará a sua execução. A contratada deverá prestar assessoria na elaboração e avaliação de projetos físicos de setores de radiodiagnóstico (RDC Nº 50 "Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde"), adequando às novas tecnologias na área da saúde, a partir da análise e consolidação do programa de necessidades, atividades e equipamentos básicos, otimizando a distribuição de espaços na busca da redução de custos na instalação de equipamentos e projetos de blindagens bem como observando a disposição do setor para o aumento produtividade.

1.1.7. Assessoria no Gerenciamento de Projetos:

Considerando que as organizações inseridas em um ambiente globalizado, crescentemente competitivo, sujeito a rápidas e grandes mudanças precisam cada vez mais inovar seus produtos e serviços, a Assessoria para o Gerenciamento de Projetos em Radiodiagnóstico a contratada deverá implementar os diversos projetos de iniciativas estratégicas da empresa, de forma a tornar a ação mais próxima possível da intenção, obtendo, assim, os melhores resultados garantindo que o produto obtido esteja próximo ao esperado.

A boa prática de gerenciamento de projetos em radiologia diagnóstica produz resultados expressivos para as organizações tais como: redução no custo e prazo de desenvolvimento de novos serviços; aquisição de equipamentos de radiodiagnóstico da maneira mais adequada às necessidades; aumento de vendas e receita bem como o aumento do número de clientes e de sua satisfação.

1.1.8. Treinamentos e Educação Continuada:

A empresa deverá capacitar os profissionais Técnicos e Tecnólogos de Radiologia, Médicos e profissionais das áreas afins com a prática tecnológica envolvida na aquisição de imagens aplicadas a área da saúde, indicadores de qualidade de imagens, proteção radiológica e estudo das principais patologias. Os





programas de treinamento teóricos e práticos são propostos nas áreas da radiologia médica, odontológica e medicina nuclear, sempre com foco na prática clínica buscando a aplicação direta dos conceitos e técnicas abordados em aulas nas rotinas de trabalho dos participantes. São apresentados temas como os critérios de qualidade no posicionamento radiológico, os problemas comuns nas incidências radiológicas, fatores de exposição, a padronização do exame radiológico bem como a realização de experimentos práticos em simuladores radiográficos. Lembramos que o treinamento em proteção radiológica, para todos os profissionais que trabalham com radiação ionizante, estão entre as responsabilidades legais da direção da instituição.

1.1.9. Condições Gerais

1.1.9.1. Sinalizações contendo as orientações de proteção radiológica e avisos de advertência exigidos pelas normativas são fornecidas em acrílico em conjunto à prestação de serviço;

1.1.9.2. Flexibilidade para execução dos procedimentos em horários diferenciados, exceto em feriados;

1.1.9.3. Serviços online e presencial exclusivos para clientes;

1.1.9.4. Assessoria e Encaminhamento do Alvará de Saúde: auxiliar no encaminhamento do Alvará de Saúde, reunião, organização e elaboração (quando cabível) das documentações necessárias no processo de licenciamento, bem como no acompanhamento do processo junto ao órgão competente;

1.1.9.5. Acompanhamento da instalação e/ou manutenção de equipamentos: Na contratação do PGQ, consiste em acompanhar as atividades dos engenheiros ou técnicos contratados para a instalação e/ou manutenção dos equipamentos de forma a assegurar que todo o equipamento e acessórios adquiridos ou em manutenção estarão disponíveis ou instalados de forma correta, funcional e em conformidade com resultados de qualidade esperados segundo normativas vigentes;

1.1.9.5. Os Profissionais que executam a prestação de serviço deverão ser qualificados para tal, com Certificação de Especialista em Física do Radiodiagnóstico pela Associação Brasileira de Física Médica, bem como os profissionais que na empresa trabalharem, deverão possuir cadastro para a realização destes serviços junto a Secretarias de Vigilância Sanitária Estadual.

1.1.9.6. Os equipamentos deverão estar em pleno funcionamento bem como a sala de exames devida estar completamente disponível na data e horário agendado para realização dos ensaios. Caso ocorra alteração nos serviços contratados, nos equipamentos ou ambientes a serem avaliados, a contratante deve comunicar antecipadamente a contratada para a adequação de conduta da equipe de atendimento;

1.1.9.7. Os procedimentos apresentados deverão ser realizados de acordo e em conformidade com a Portaria Nº 453/98 "Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico" e de acordo com a legislação específica Estadual.

1.2. A entrega definitiva dos serviços será efetivada, ao final de cada mês, após a conferência da prestação de serviço e mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente certificada, com assinatura/protocolo de recebimento do responsável designado para tal, bem como dos relatórios referentes a execução dos serviços realizados no período.

1.3. Verificada a não conformidade na prestação de serviços, desde que comprovado a falha por parte do licitante, o mesmo deverá promover as correções necessárias imediatamente após o comunicado emitido pelo fiscal, sem ônus para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas no Edital e Contrato Administrativo.

1.4. A contratada deverá disponibilizar um telefone para contato e endereço de e-mail para envio de nota de empenho e/ou reclamações, sendo que a contratada terá no máximo 24 horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos).

1.5. A Licitante Vencedora deverá cumprir rigorosamente as exigências do edital e do contrato administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. A Contratante pagará a contratada, o valor total de R\$ _____ (_____), pelo fornecimento dos serviços abaixo relacionados:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor Mensal	Valor Total
1	12	MÊS	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CÁLCULOS DE BLINDAGENS, REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS RADIOMÉTRICOS AMBIENTAIS E AVALIAÇÃO DA RADIAÇÃO DE FUGA DE CABEÇOTE, TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA PARA PROJETOS		





Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor Mensal	Valor Total
			ARQUITETÓNICOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TESTES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM		

2.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal, bem como os relatórios dos serviços executados no período.

2.3. A nota fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

2.4. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

2.4.1. Sempre que forem atendidas as condições do presente contrato, considerar-se-á mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

2.5. O valor contratado será revisado nos seguintes casos:

2.5.1. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos da proposta, quando comprovada sua incidência sobre os valores, para mais ou para menos.

2.5.2. Havendo alteração unilateral do presente contrato que afete seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a Contratante deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

2.5.3. A requerimento da Contratada, sempre que houver acréscimos nos preços dos insumos que compõem o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro.

2.6. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, sendo adotado para fins de correção, o índice do IGPM do período, ou outro que venha a substituí-lo.

2.7. Nenhum pagamento será efetuado pela Contratante enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS DE ENTREGA:

3.1. A vigência do contrato oriundo deste processo licitatório será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

3.2. Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratado.

3.3. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, para início da execução dos serviços contratados.

3.4. A entrega provisória do objeto licitado se dará através da apresentação do serviço, ao servidor municipal designado para fiscalização.

3.5. A entrega definitiva dos serviços será efetivada, ao final de cada mês, após a conferência da prestação de serviço conforme o edital e mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente certificada, com assinatura/protocolo de recebimento do responsável designado para tal, bem como os relatórios dos serviços executados no período.

3.6. Verificada a não conformidade na prestação de serviços, desde que comprovado a falha por parte da contratada, a mesma deverá promover as correções necessárias imediatamente após o comunicado emitido pelo fiscal, sem ônus para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas no Edital e Contrato.

3.7. A reexecução de serviços, não implicarão ônus para a Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas do presente contrato serão alocados nas seguintes rubricas orçamentárias:

Órgão(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Despesa
2058 3390.39.79.00.00.00 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional- ACOES SERV. PUBLICOS DE SAUDE





CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

5.1. DA CONTRATANTE:

5.1.1. Efetuar a inspeção do objeto contratado, de acordo com as condições e especificações previamente pactuadas no Pregão Presencial nº 13/2017.

5.1.2. Efetuar o pagamento a licitante contratada de acordo com os prazos e condições estabelecidos no presente instrumento e no edital.

5.1.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto licitado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

5.1.4. Comunicar prontamente a contratada, qualquer anormalidade no objeto licitado, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no edital e neste contrato.

5.1.5. Notificar previamente a contratada, quando da aplicação de penalidades.

5.1.6. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do presente contrato.

5.2. DA CONTRATADA:

5.2.1. Entregar o objeto contratado, de acordo com as especificações, quantidades e prazos do edital e seus anexos.

5.2.2. Manter durante a execução do objeto contratado, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2.3. Responder por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do licitado e contratado e sua entrega perfeitamente concluída, assim como todas as despesas referente a alimentação e transporte de sua equipe de trabalho e a manutenção dos equipamentos utilizados, e outras despesas decorrentes à adequada execução dos serviços licitados.

5.2.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, com exclusividade, a qualquer dano que venha a provocar a terceiros ou o Município, em decorrência da execução do objeto contratado, obrigando-se por si e por seus sucessores.

5.2.5. Adotar todas as medidas preventivas necessárias à segurança dos funcionários durante a execução do objeto contratado, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

5.2.7. O Apresentar o quadro funcional que irá executar o objeto licitado, devidamente identificado, uniformizado, equipados com materiais de proteção e segurança (EPI), durante a execução dos serviços, tendo boa conduta e postura.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da Contratada na execução do objeto do presente contrato acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total homologado.

6.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para entrega provisória ou total do objeto contratado, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, sobre o valor do objeto não entregue, até o limite de 20% (vinte por cento).

6.3. A entrega do objeto contratado com vícios ou defeitos ocultos, ou, ainda, fora das especificações solicitadas no edital de Pregão Presencial nº 13/2017 e do presente contrato, e não corrigidas em até 05 (cinco) dias, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do objeto não corrigido, até o limite de 20% (vinte por cento).

6.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro da Contratante, nos casos de:

6.4.1 Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a assinatura do contrato;

6.4.2. Comportamento inidôneo;

6.4.3. Cometimento de fraude fiscal;

6.4.4. Fraudar a execução do contrato;





6.4.5. Falhar na execução do contrato.

6.5. Na aplicação das penalidades previstas neste contrato, a Contratante considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do Contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

6.6. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a Contratada à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

6.7. As penalidades serão registradas no cadastro municipal da Contratada, quando for o caso.

6.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SETIMA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

7.1. São motivos para rescisão do contrato os relacionados no artigo 78, incisos I a XVIII, da Lei 8.666/93.

7.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

7.3. A rescisão do contrato atenderá ao disposto no art. 79 da Lei 8.666/93, podendo acarretar as consequências previstas no artigo 80 da mesma lei.

7.4. Por razões de interesse público.

7.5. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva de execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do presente contrato será fiscalizada por servidor municipal designado para tal.

8.2. O fiscal nomeado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Setor Jurídico da Contratante, em tempo hábil, para a adoção das medidas e/ou penalidades conforme o edital de Pregão Presencial nº 13/2017 e do presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato, reger-se-ão pelos dispositivos da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações como se em linhas aqui estivessem transcritas e, supletivamente, pelas disposições contratuais de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente do Sul, RS, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias que surgirem do presente Contrato Administrativo.

E, estando assim, justos e contratados, lavrou-se o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual forma e teor que, após de lido e achado conforme, vai firmado pelos contratantes e por 02 (duas) testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

São Vicente do Sul, ____ de _____ de ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS 1: _____
NOME:
CPF Nº

2: _____
NOME:
CPF Nº

Esta minuta de contrato foi examinada e aprovada em 29/5/2017 pelo Setor Jurídico Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, por não deter conhecimento técnico sobre o mesmo.





ANEXO V

MODELO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LEGAIS DO EDITAL

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no edital de Pregão Presencial nº 13/2017 e seus anexos.

Local e data

Representante Legal da Empresa

Nome

CPF

OBS: APRESENTAR NO ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.





ANEXO VI

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A Empresa _____, representada neste ato por seu representante legal, declara, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso VII da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre com os requisitos de habilitação previstos no edital de Pregão Presencial nº 13/2017.

Local e data

Representante Legal da Empresa

Nome

CPF

OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO NO ATO DO CREDENCIAMENTO, FORA DOS ENVELOPES.





ANEXO VII

MODELO

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, credencio o Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, para me representar na licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 13/2017, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura Representante Legal da Empresa

Nome Representante Legal da Empresa

Carimbo da Empresa

OBS: ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO, FORA DOS ENVELOPES.





ANEXO VIII
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS

Nº	Documento	Item do edital
	CRENCIAMENTO	
1	RG do Representante.	4.1.1.
2	Cópia do Estatuto ou Contrato Social em vigor	4.3.1.1.
3	Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações.	4.3.1.2.
4	Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.	4.3.1.3.
5	Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.	4.3.1.4.
6	Registro comercial, se empresa individual.	4.3.1.5.
7	Instrumento público ou particular de procuração ou Carta de credenciamento, se representada por procurador.	4.3.2.1. 4.3.2.2.
8	DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA E POR SEU CONTADOR, DE QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - Modelo Anexo III do edital.	4.5. 4.5.1.
9	DECLARAÇÃO DE QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO - Modelo Anexo VI do edital.	4.6.
	ENVELOPE Nº 1	
1	Proposta	5.
	ENVELOPE Nº 2	
1	Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e Declaração de cumprimento do disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 - Modelo Anexo II do edital.	7.1.1.
2	Declaração de Conhecimento das Condições Legais do Edital - Modelo Anexo V do edital.	7.1.1.
3	Registro comercial no caso de empresa individual - (dispensado se apresentado no credenciamento).	7.1.2.1.
4	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor - (dispensado se apresentado no credenciamento).	7.1.2.2.
5	Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil - (dispensado se apresentado no credenciamento).	7.1.2.3.
6	Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir - (dispensado se apresentado no credenciamento).	7.1.2.4.
7	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).	7.1.3.1.
8	Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades.	7.1.3.2.
9	Prova de regularidade para com a Fazenda Federal.	7.1.3.3.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.	7.1.3.3.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.	7.1.3.3.
12	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.	7.1.3.4.
13	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).	7.1.3.4.
14	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT.	7.1.3.5.
15	Certidão de registro da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente registrados na entidade profissional competente.	7.1.4.1.
16	Comprovação do licitante de possuir em seu quadro, profissional qualificado para tal, com Certificação de Especialista em Física do Radiodiagnóstico pela Associação Brasileira de Física Médica, bem como possuir cadastro para a realização destes serviços junto a Secretarias de Vigilância Sanitária Estadual.	7.1.4.2.
17	Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, feita por atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.	7.1.4.3.
18	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.	7.1.5.1.
19	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, expedida em prazo não superior a 30 (trinta) dias.	7.1.5.2.

